

# Privatização do Banerj: genialidade ou ingenuidade?

RUBENS PENHA CYSNE

Nada mais desagradável e insensato do que assistir, em pé, a um jogo de futebol ao qual poderíamos assistir sentados. Daí a importância do líder de torcida, que, após as comemorações dos momentos de maior emoção, pede a todos na arquibancada que se sentem. Na omissão do líder de torcida, coitado daquele que se senta, esperando que todos façam o mesmo. Simplesmente não verá o jogo.

Será que o nosso governador Marcelo Alencar está mostrando genialidade política ao privatizar voluntariamente o Banerj através da tão bem engendrada terceirização da administração, apontando para todos os demais governadores o caminho da reforma de estado, da eficiência e do futuro? Sentando-se na arquibancada para que todos sigam e se resolva o eterno problema dos bancos estaduais? Ou estaria apenas sendo ingênuo, ao retirar do Estado do Rio a possibilidade, que os outros estados ainda mantêm, de continuamente obter recursos da União através de auxílio do Banco Central ao seu banco estadual? Será que todos ficarão de pé e o Rio ficará sem ver o jogo?

A resposta a esta pergunta depende fundamentalmente do comportamento do chefe de torcida, Fernando Henrique Cardoso, que deve coordenar para que todos se sentem e vejam o jogo de uma forma mais cooperativa, eficiente e racional. Acontece que o chefe de torcida não está ajudando o torcedor Marcelo, que educadamente sentou-se na arquibancada. Bem à sua frente encontrava-se o torcedor Mário Covas, que já combinou com o chefe de torcida que fica de pé, e ele (o grande chefe), plácida e estranhamente, aceitou. Outros torcedores mais magros, que não tapam tanto a visão, dos estados de Goiás e Pernambuco, já declararam publicamente que também não aceitarão sentar (leia-se, privatizar seus bancos estaduais). O torcedor do Ceará disse e redisse que se sentaria, mas até agora permanece de pé (talvez por conhecer bem o seu chefe de torcida). O de Minas diz que se sentará em breve, mas apenas com a metade esquerda da parte do seu corpo (Credireal). A outra (Bemge) continua de pé, de sobreaviso.

Alinal, se os bancos estaduais apresentam custos tão elevados e prejuízos, por que será que alguns governadores-torcedores insistem em mantê-los? Obviamente a resposta está no fato de que os débitos repassados à União através das trocas de dívidas estaduais por federais junto ao Banco Central em muito podem superar os gastos dos estados com seus bancos. O resultado final acaba sendo positivo para o caixa de cada estado.

Uma evidência empírica neste sentido pode ser dada pela observação da evolução dos títulos públicos estaduais e municipais, em custódia no Banco Central. Em junho de 1994, seu valor era de R\$ 2,7 bilhões. Em dezembro de 1994, tal valor já havia passado a R\$ 17,3 bilhões. Em janeiro de 1996, este montante, que permite inferência sobre a troca de títulos estaduais por títulos federais para assegurar liquidez aos bancos estaduais, já se situa em R\$ 29,1 bilhões. Os estados gastam além de suas receitas, os bancos estaduais financiam, e o Banco Central se vê obrigado a socorrê-los, trocando títulos de baixo valor no mercado (leia-se alto deságio) por títulos federais.

A aposta do torcedor Marcelo Alencar, contra todos os demais torcedores até agora, é que daqui para a frente tais transferências líquidas e indiretas de recursos da União para os estados não mais ocorrerão como antes. Assim, quem tiver banco estadual ficará com os custos de seu banco, mas sem o repasse das verbas do Banco Central. Se o governador estiver certo, terá dado ao Brasil uma contribuição ainda maior do que a contribuição a sua biografia política. Se estiver errado, entretanto, terá condenado o Rio a não mais participar desta festa que se tem mostrado tão nociva ao país.

Nosso chefe de torcida precisa fazer jus as suas promessas de campanha. Alinal, ele já estava neste estádio quase dois anos antes de o jogo começar. E, quando este começou, não soube transmitir ao técnico as quatro maiores demandas de sua torcida, os jogadores-reforma previdência, tributária, administrativa e priva-

tização acelerada. Por enquanto foram escalados apenas reformas-reservas, que exigem muita negociação em troca de quase nada. Os mais otimistas dizem que os titulares chegarão no último minuto do segundo tempo. Seu segundo erro ocorreu ao aceitar o acordo com o torcedor Mário Covas, sem exigir do mesmo o término da possibilidade de emissão de depósitos à vista por uma agência controlada pelo estado. O chefe de torcida aceitou efetuar um financiamento de R\$ 7,5 bilhões, com prazo de 30 anos, juros de 6% ao ano e desembolso mensal máximo de R\$ 75 milhões, bem como efetuar, gratuitamente, um esforço de venda de aeroportos e de um ramal de cargas estaduais no valor de R\$ 5 bilhões, sem se aproveitar desta oportunidade para dar ao país uma demonstração clara de mudança no trato da coisa pública. Uma demonstração clara do que os economistas chamam de mudança de regime.

Será que todos ficarão de pé e o Rio ficará sem ver o jogo?

Esta atitude minou severamente as chances de ajustes das finanças dos demais estados, pois como se sabe da experiência histórica brasileira, o Banco Central não dispõe de mecanismos institucionais que lhe possibilitem levar a cabo acordos, ou mesmo suas delimitações, quando se trata de bancos estaduais. São exemplos deste tipo os fracassos de acordos anteriores com bancos estaduais, que previam ajuste destas instituições. Pode-se citar nesta linha o PAC, Programa de Apoio Creditício, instituído por meio de voto do CMN 233-83, de 20/07/83, bem como o Prorrel, Programa de Recuperação Financeira, instituído pelo voto CMN 446-84, de 4/04/84. Ambos previam suporte de recursos federais, que foram efetivamente concedidos, em troca de uma série de ajustes das distorções existentes. Tais distorções ou permaneceram ou foram substituídas por outras de igual montante, mas menor monitoramento explícito. Prova disto é o problema estar de novo na ordem do dia.

A condução de política econômica neste país sem instituições continua baseada em voluntarismo, em grandes nomes que remem contra a maré. Ocorre que voluntarismo costuma demandar uma exogeneidade de idéias e percepções que não floresce em Brasília. Mesmo quando o voluntarismo bravamente se mantém, pouco se consegue realizar quando os mandatos têm duração decidida por critérios políticos. Em adição, os horizontes temporais dos acordos (como o caso do Banespa, de 30 anos) ultrapassam em muito os horizontes dos administradores públicos. Ou se extinguem os bancos comerciais como emissores de depósitos à vista (através de privatização, liquidação, fusão ou transformação em agência de fomento) ou, no longo prazo, tudo continuará como antes. Torçamos para que a nova medida provisória para auxílio aos bancos estaduais não preveja auxílios sem retirada do poder estadual de emissão de moeda. O problema, evidentemente, será justificar este endurecimento frente ao acordo efetuado no caso do Banespa. Mas este é um problema criado pelo próprio chefe de torcida.

A perspectiva de que tudo continuará como antes pode ser ruim para o governador Marcelo Alencar, que teria mostrado falta de percepção da realidade política onde vive. E para o Rio de Janeiro, que perderia ainda mais a sua capacidade de competir com São Paulo (bem como com outros estados) por recursos da União (embora, no grau de balbúrdia inerente a esta alternativa, a possibilidade de fundação de um novo Banerj não seja descartável). Mas será ainda pior para o Brasil, que uma vez mais terá perdido uma chance histórica de resolver um problema histórico.

Alinal, esta paixão de alguns pelo curto prazo deixou de se justificar desde o tempo do Brasil Colônia, em que a volta para Portugal era a luz no fim do túnel.

Cabe ao chefe de torcida decidir se pune aqueles que o ajudaram, sentando-se para que todos pudessem ver o jogo sentados, ou se os remete da genialidade à ingenuidade política. Apenas aplaudir publicamente esta acertada decisão do governador não é suficiente. O importante é prestigiá-la através de sua coerência com outras decisões.

RUBENS PENHA CYSNE é diretor de pesquisas da Escola de Pós-Graduação em Economia na Fundação Getúlio Vargas.